

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE  
DO TURISMO NACIONAL  
DESTINOS INDUTORES  
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

PORTO SEGURO

2013



## APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE .....	4
2. RESULTADOS .....	6
2.1. Índice geral .....	6
2.2. Infraestrutura geral .....	9
2.3. Acesso .....	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos .....	12
2.5. Atrativos turísticos .....	14
2.6. Marketing e promoção do destino .....	16
2.7. Políticas públicas.....	18
2.8. Cooperação regional.....	20
2.9. Monitoramento .....	22
2.10. Economia local .....	24
2.11. Capacidade empresarial.....	25
2.12. Aspectos sociais .....	27
2.13. Aspectos ambientais.....	28
2.14. Aspectos culturais.....	30
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE.....	32

## 1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o Ministério do Turismo (MTur), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100<sup>1</sup>:

**Nível 1:** intervalo entre 0 e 20;

**Nível 2:** intervalo entre 21 e 40;

**Nível 3:** intervalo entre 41 e 60;

**Nível 4:** intervalo entre 61 e 80;

---

<sup>1</sup> Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

**Nível 5:** destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades não capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das não capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

## 2. RESULTADOS

A pesquisa em Porto Seguro foi realizada entre os dias 10 e 14 de junho de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

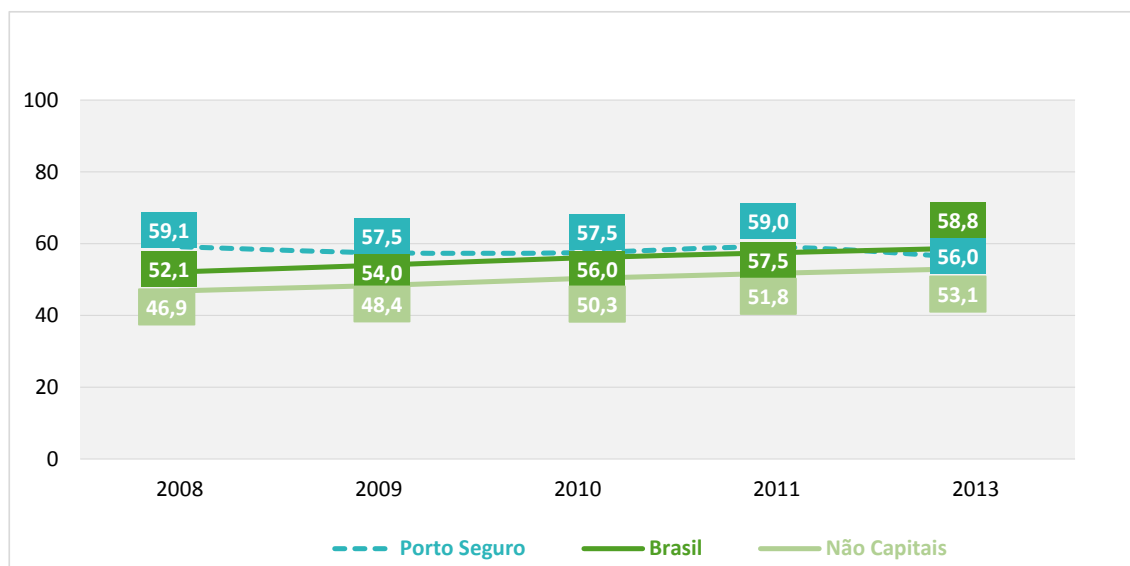
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

### 2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 56,0 (nível 3). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou abaixo do índice obtido em 2011 (59,0):

**Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013**

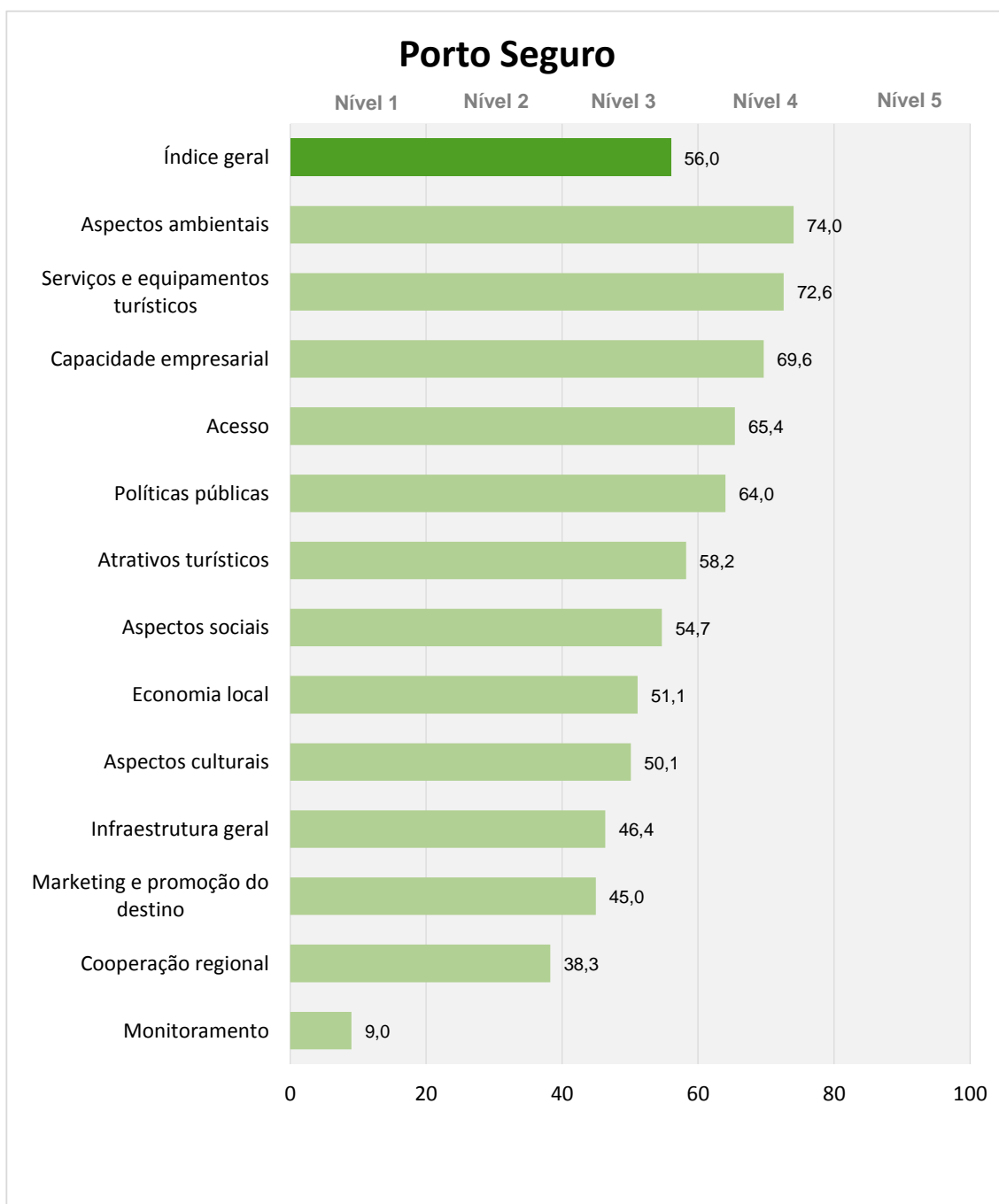


Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice decresceu em relação a 2011, porém manteve-se no mesmo nível de competitividade.

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das não capitais, demonstrando que o índice do destino não seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das não capitais foi de 53,1.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Aspectos ambientais, Serviços e equipamentos turísticos, Capacidade empresarial, Acesso e Políticas públicas, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Monitoramento e Cooperação regional, as quais não ultrapassaram o nível 2 (abaixo de 40,4).

**Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho**



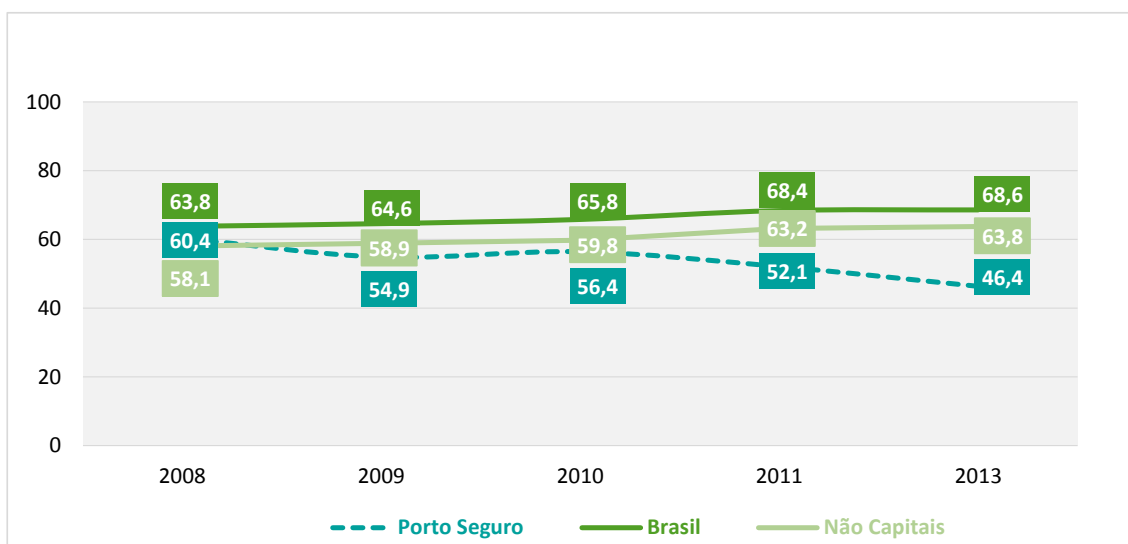


## 2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Porto Seguro registrou 46,4 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 63,8 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com estrutura para cirurgias de emergência e transfusão de sangue;
- Existência de um programa de proteção ao turista na Polícia Civil;
- Presença de Corpo de Bombeiros e de Defesa Civil no destino;
- Existência de elementos de drenagem nas áreas turísticas; e
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de unidades avançadas de resgate;
- Fornecimento descontínuo de energia elétrica no período de alta temporada, com relatos de prejuízos gerados em hotéis e restaurantes por oscilação de energia;
- Ausência de grupamento de polícia militar especializado no atendimento ao turista;
- Ausência de grupo de busca e salvamento no Corpo de Bombeiros local; e
- Quantidade insuficiente de lixeiras, abrigos de ônibus, banheiros públicos e telefones públicos no entorno das áreas turísticas.

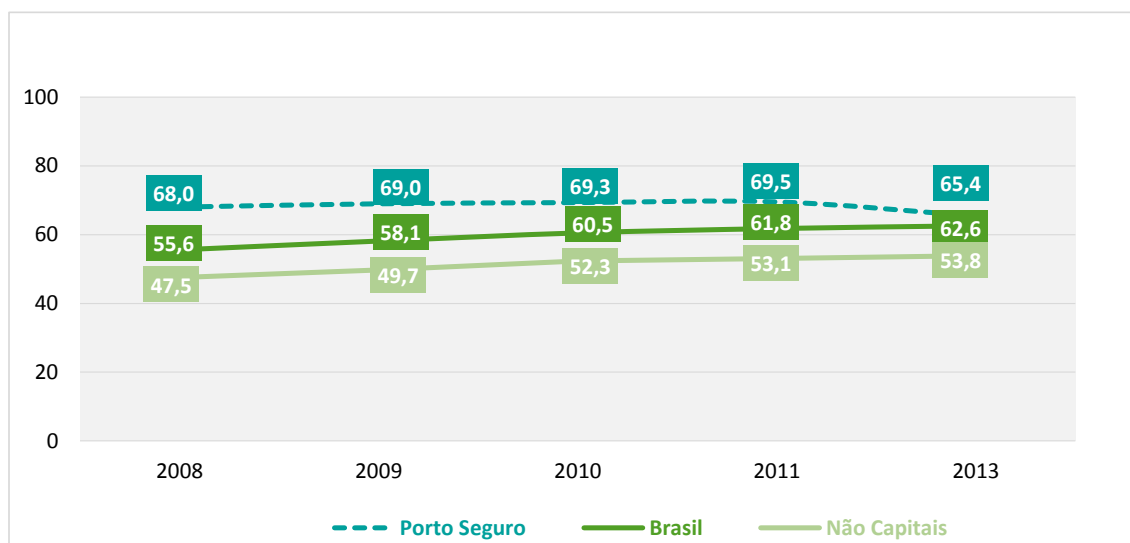
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

### **2.3. Acesso**

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em *Acesso*, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 65,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 53,8 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- Aeroporto dentro do território municipal – Aeroporto Internacional de Porto Seguro, com facilidades para pessoas com deficiência, lojas e sinalização interna em idioma estrangeiro;
- Existência de um terminal rodoviário no destino;
- Oferta de transportes para o deslocamento dos que embarcam e desembarcam na rodoviária – ônibus convencional, táxi e mototáxi;
- Linha regular de transporte turístico (Amarelinho), na qual são oferecidas informações em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de vagas públicas para estacionamento nas áreas turísticas; e
- Linhas de transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Carência de transporte público para os que embarcam ou desembarcam no terminal aeroportuário que atende ao destino;

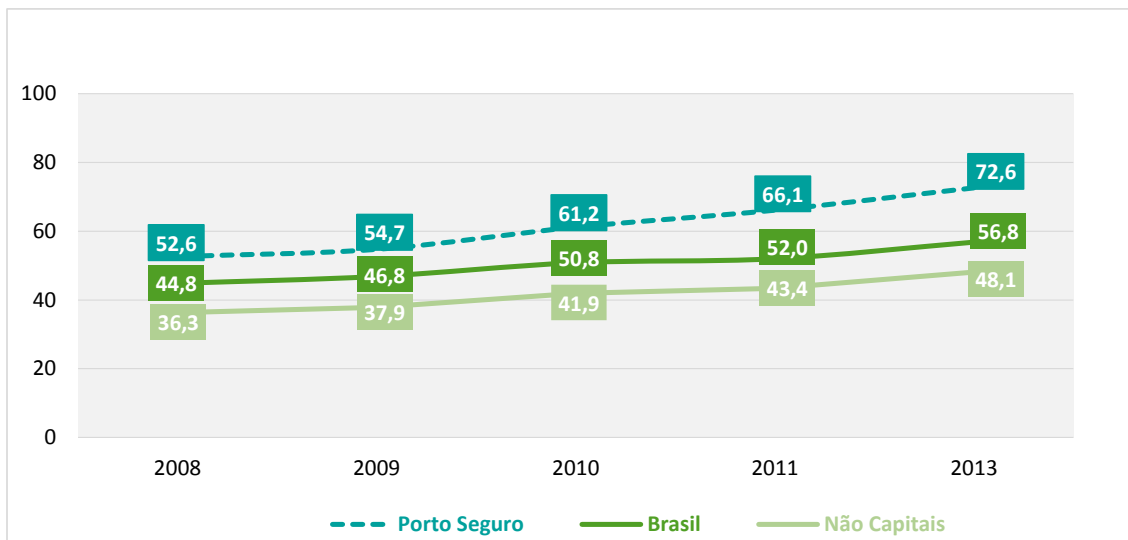
- Estado de conservação do terminal rodoviário que atende ao destino, sobretudo dos sanitários. Também não dispõe de adaptação para a circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Inexistência de terminal aquaviário que atenda ao destino recebendo fluxos regulares de embarcações;
- Existência de congestionamentos no destino, sobretudo ao longo da Orla Norte, na alta temporada;
- Falta de regulamentação evidente, como adoção de taxímetro, do serviço local de táxi; e
- Oferta escassa de ligações aéreas diretas entre o aeroporto do destino e seus principais centros emissores de turistas internacionais.

#### **2.4. Serviços e equipamentos turísticos**

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 72,6 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 48,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária conservada e nos padrões internacionais recomendados pelo MTur;
- Sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos;
- Existência de dois Centros de Atendimento ao Turista no destino, que oferecem diversos serviços, como contatos de operadoras, guias, agências e display com folders e propagandas de serviços para os turistas no destino e seu entorno;
- Centro de convenções no destino – o equipamento considerado foi o Centro Cultural e de Eventos da Costa do Descobrimento, que conta com capacidade para mais de um evento simultaneamente, salas multiuso, facilidades para pessoas com deficiência e estacionamento próprio e adequado ao porte, além de se localizar próximo às áreas turísticas;;
- Oferta de outros espaços para a realização de eventos – como centro de conferências e salas em hotéis com capacidade para mais de 1000 pessoas;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do MTur;

- Existência de organização representativa de guias; e
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres e técnicos nas áreas relacionadas ao turismo no município, como formação de guias, hotelaria e bares e restaurantes.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

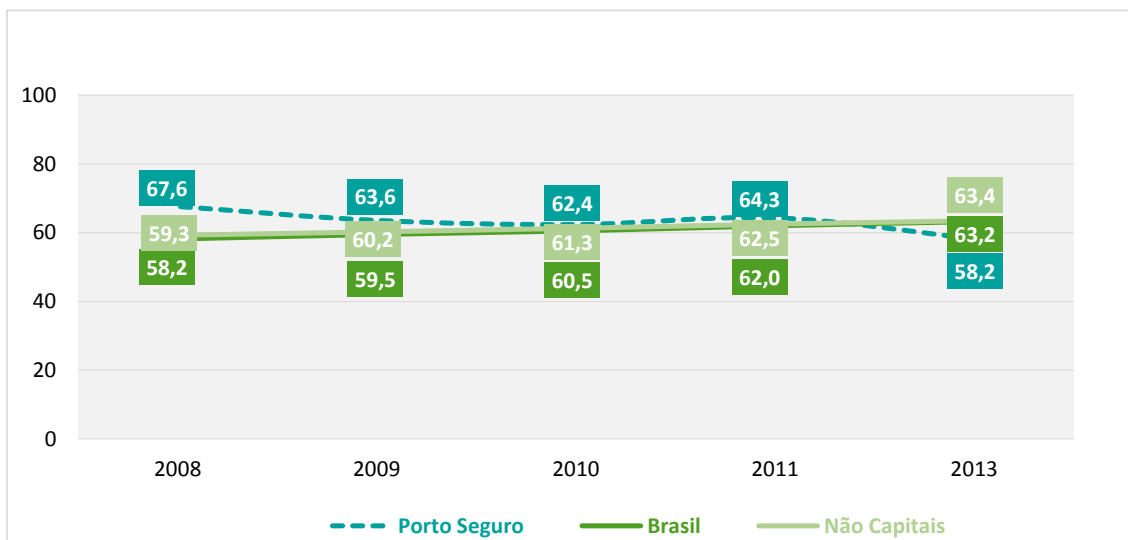
- Cobertura da sinalização turística viária;
- Estado de conservação da sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos;
- Insuficiência de transporte público regular para o principal centro de convenções;
- Carência de espaços para a realização de eventos;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem;
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem; e
- Ausência de oferta local de serviços para qualificação profissional – cursos de graduação - em áreas relacionadas ao turismo.

## 2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 58,2 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 63,4 (nível 4), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como a Praia do Espelho, a Praia da Pitinga e o Recife de Fora;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – a Praia do Espelho –, conforme observado em visita técnica;
- Manutenção da estrutura física disponível nessa praia, por iniciativas particulares;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: a Cidade Histórica de Porto Seguro, o Quadrado de Trancoso e a Aldeia Pataxó da Reserva da Jaqueira;
- Evidência de conservação urbanística do entorno do principal atrativo cultural indicado;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: o Carnaval de Porto Seguro, o Réveillon e a Semana do Saco Cheio;
- Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com

destaque para a RPPN da Veracel, principal atrativo indicado nesta categoria;  
e

- São adotados quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência no local dessa realização técnica.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos;
- Carência de recursos que viabilizem o acesso ou circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, na Praia do Espelho;
- Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado;
- Estado de conservação urbanística e ambiental do entorno do principal atrativo cultural indicado, uma vez que a Cidade Histórica carece de estruturas adequadas de alimentação, de lixeiras, de banheiros públicos e de iluminação, o que chega a tornar-lhe um lugar perigoso para ser frequentado após o por do sol. Além disso, os caminhos para circulação de visitantes não têm qualquer calçamento;
- Estado da estrutura física disponível no local em que acontece o principal evento programado indicado, a Passarela do Álcool; e
- Ausência de recursos que confirmem acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado.

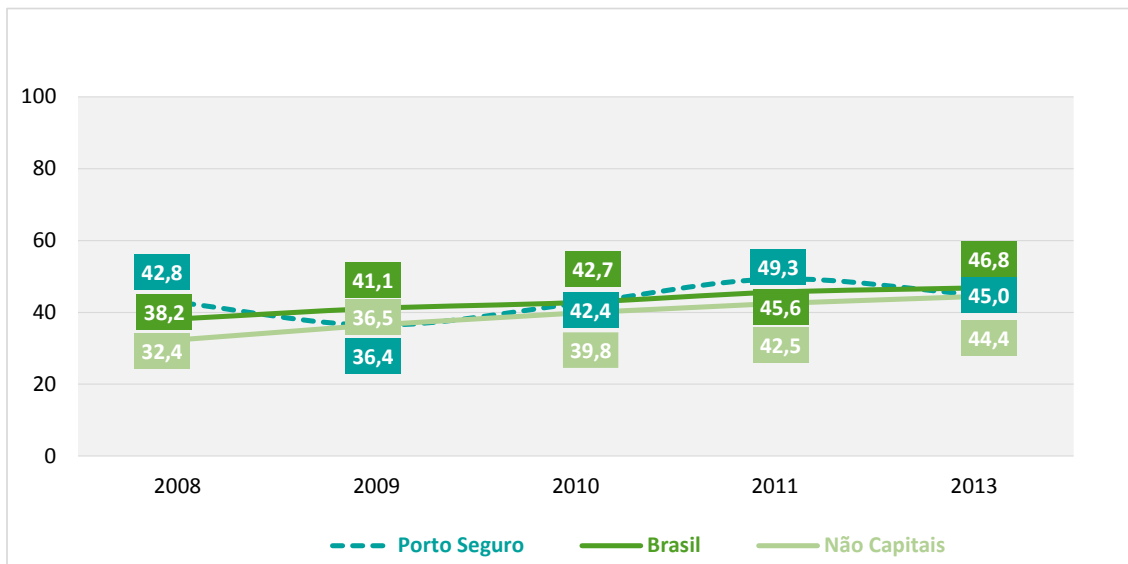
## 2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de marketing; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 45,0 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 7. Índices *Marketing* e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 44,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Participação em feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
- Participação contínua em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), de forma a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional;
- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de relacionamentos estabelecidos e de negócios efetivados. Esta prática ocorre em eventos de turismo;;
- O destino turístico produziu, nos últimos cinco anos, eventos próprios para se promover fora de seu território, como Feiras e expedições voltadas para operadores em Vitória e Belo Horizonte;
- Existência de material promocional institucional;
- Agenda de eventos disponível para consulta gratuitamente e *on line*; e

- Existência de página promocional de turismo do destino, acessível pelo endereço [www.portosegurotur.com](http://www.portosegurotur.com).

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Não existe plano similar de marketing regional, que estabeleça ações e metas de mercado para o turismo no destino;
- O material promocional do destino não passa por revisão ortográfica;
- O material promocional impresso do destino não inclui idioma estrangeiro, não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco sobre a importância de preservar o meio ambiente;
- Inexistência de material promocional específico que apresente a estrutura disponível para eventos no destino;
- Ausência de informações turísticas na página institucional do município na *internet* – acessível pelo endereço [www.portoseguro.ba.gov.br](http://www.portoseguro.ba.gov.br); e
- Ausência de informações em idioma estrangeiro na página promocional de turismo do destino e que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação do destino em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e em conservar o meio ambiente.

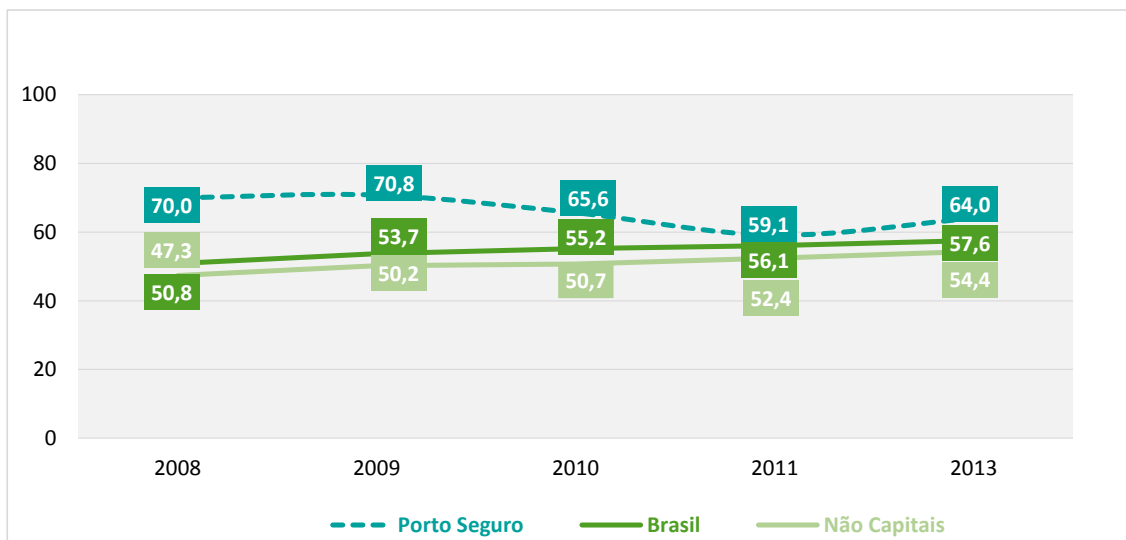
## 2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos:

(i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 64,0 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 54,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo - ainda que não exclusivo dele – e que dispõe de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- Essa secretaria desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras em atividades relacionadas ao turismo, entre eles o Desenho do Planejamento Estratégico de Porto Seguro para a Copa do Mundo;
- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior;
- Recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visavam ao desenvolvimento do turismo;

- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior;
- Existência de Plano Diretor Municipal, que contempla o setor de turismo; e
- Execução de ações e projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

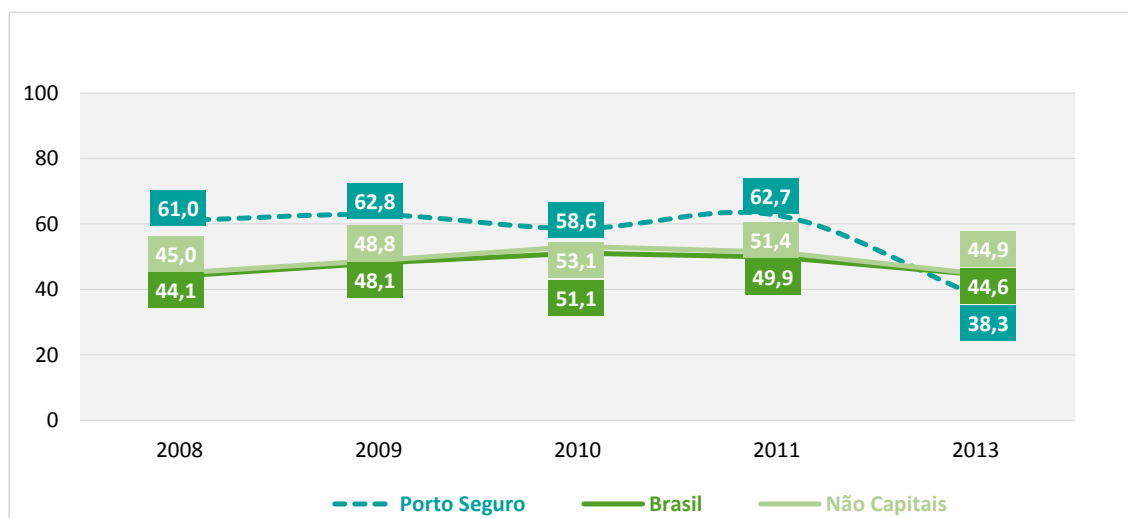
- O órgão gestor de turismo não é exclusivo da pasta turismo – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- Ausência de instância de governança local ativa – fórum ou conselho municipal de turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- O Conselho Municipal de Turismo do destino está inativo;
- O Plano Diretor Municipal encontra-se desatualizado; e
- Porto Seguro não segue nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos.

## 2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 38,3 nessa dimensão em 2013 (nível 2), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 44,9 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional - Câmara Setorial Turística da Costa do Descobrimento;
- O destino integra roteiros regionais, comercializados por operadores e agências, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico;
- A elaboração dos roteiros regionais dos quais o destino faz parte considerou questões de sustentabilidade, como os princípios de sustentabilidade constantes nos documentos do Plano de Regionalização;
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais e da região turística dos quais faz parte, e realizou ações promocionais, em parceria com outros destinos da mesma região, com agentes/operadores de turismo receptivo; e
- O destino coproduz material promocional da região turística e dos roteiros dos quais faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

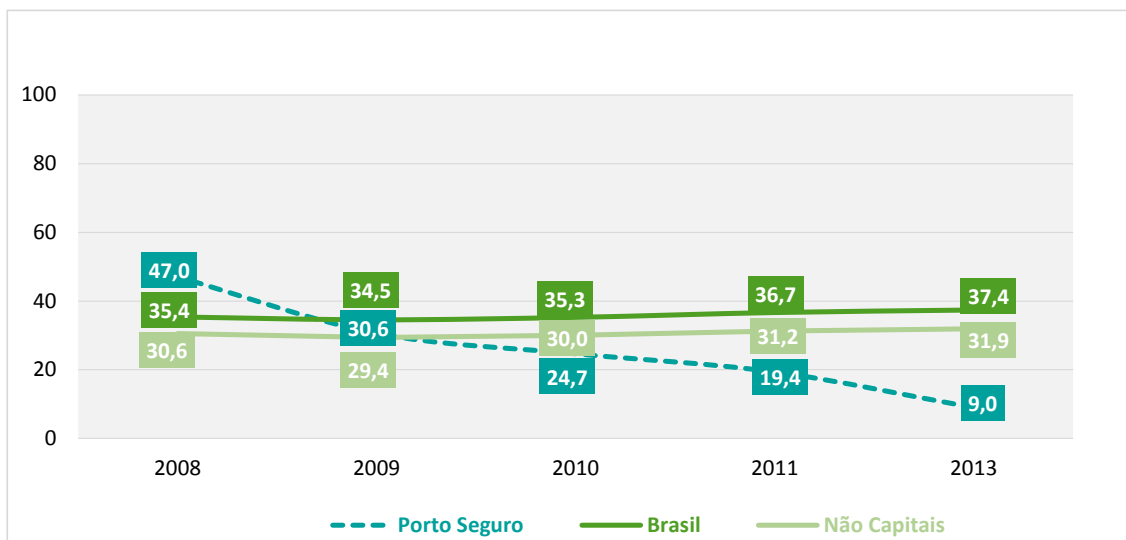
- A instância de governança regional - Câmara Setorial Turística da Costa do Descobrimento – encontra-se inativa e não mantém reuniões periódicas, não dispõe de um gestor executivo com dedicação parcial à coordenação, não conta com recurso próprio e nem dispõe de suporte para a condução de suas atividades;
- Não realização de ações para mobilizar atores do setor de turismo do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Ausência de projetos de cooperação regional compartilhados com outros destinos da região – Costa do Descobrimento;
- Ausência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística, que determine responsabilidades e metas de mercado ou cujas ações e projetos contemplem o município avaliado;
- Nos roteiros regionais dos quais o destino faz parte não foi previsto o monitoramento de aspectos relacionados à sustentabilidade à época de sua elaboração; e
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*.

## 2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 9,0 nessa dimensão em 2013 (nível 1), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 31,9 (nível 2), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Acompanhamento contínuo dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

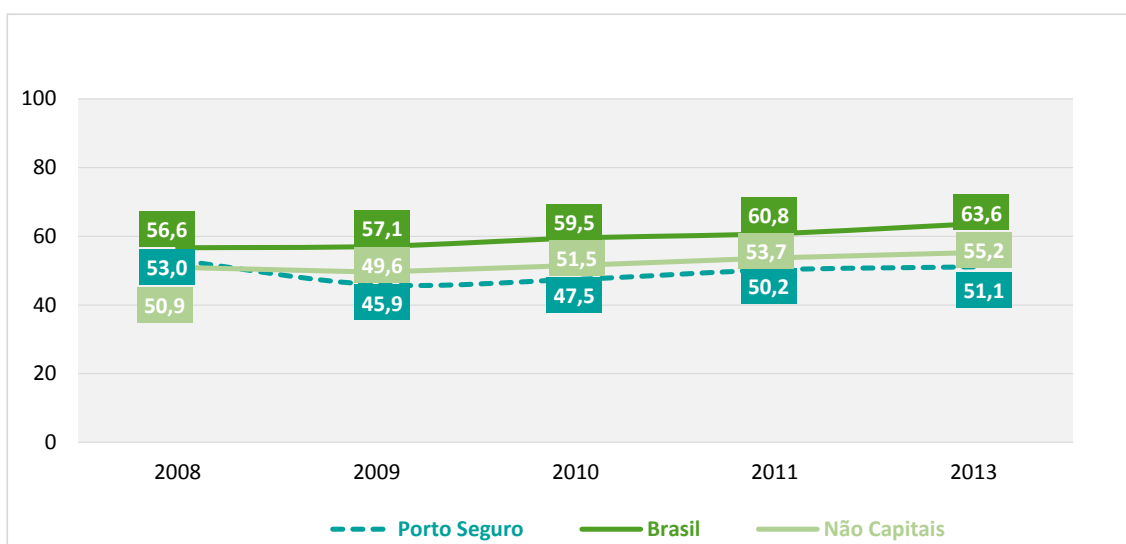
- Não realização de pesquisa de demanda periódica para coleta de dados relevantes para a gestão, o planejamento e a divulgação de informações sobre o destino;
- Inexistência de pesquisa de oferta turística atualizada, – Inventário ou Cadastramento – para coleta de dados relevantes para a gestão, o planejamento e a divulgação de informações sobre o destino.
- Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas ou de relatórios de conjuntura turística;
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais ou ambientais gerados pelo turismo; e
- A administração pública local não possui um setor específico de estudos que realize pesquisas em turismo.

## 2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 51,1 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 55,2 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, como a



formalização de guias de turismo, numa parceria entre AGTur, Prefeitura e Sebrae.;

- Disponibilidade de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo - ISS reduzido de 5% para 3% para meios de hospedagem registrados no Cadastur;
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio do Banco do Nordeste; e
- Atuação de um *Convention & Visitors Bureau*, ainda que não exclusivo do destino.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

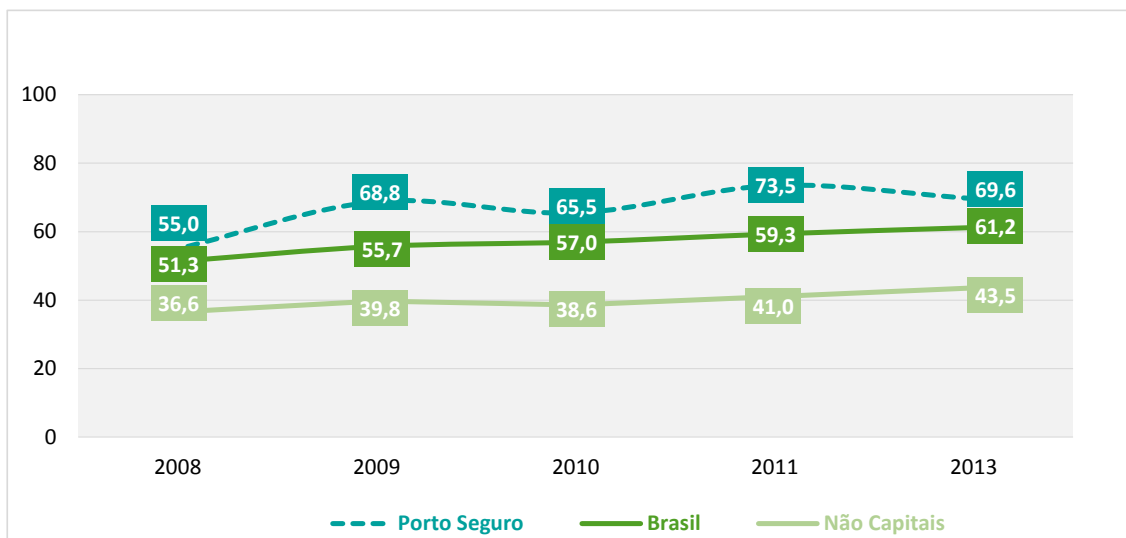
- Indisponibilidade de acesso gratuito à internet em locais públicos; e
- Inexistência de um polo de produção/negócios capaz de movimentar a economia local e, conseqüentemente, alavancar o fluxo turístico receptivo.

## 2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 69,6 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 43,5 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior e de cursos livres, bem como de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Presença de grupos de redes nacionais ou internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis e redes de meios de hospedagem; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

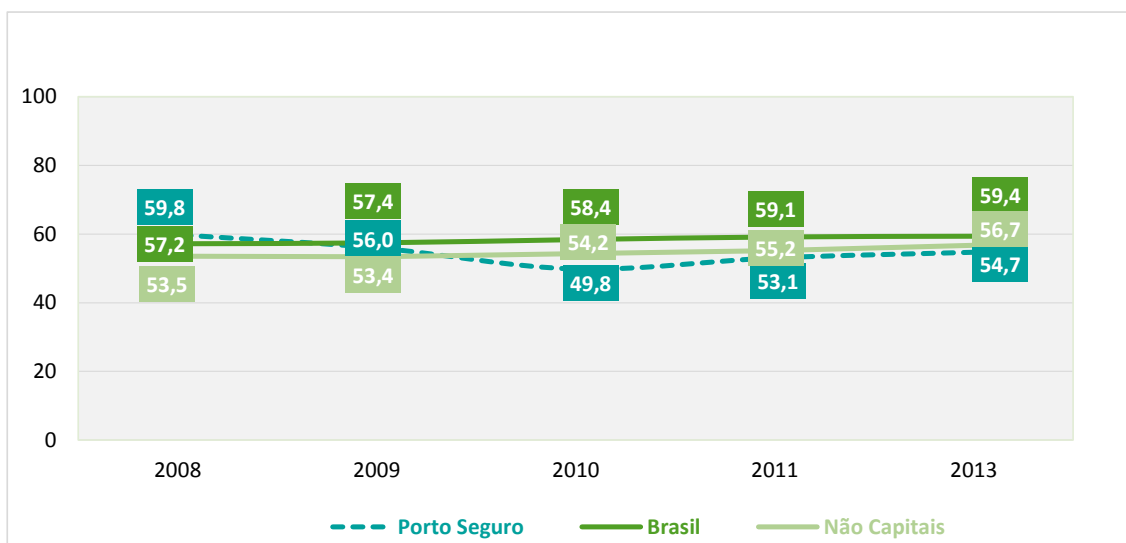
- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerência ou administrativos em hotelaria;
- Inexistência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentem o empreendedorismo como arranjos produtivos locais; e
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas a falta de pessoal capacitado e de infraestrutura urbana, como esgotamento sanitário, por exemplo.

## 2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 54,7 (nível 3) nessa dimensão em 2013, índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 56,7 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Aplicação de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, especialmente com mototaxistas e barraqueiros;
- Ações contínuas realizadas por parte da iniciativa privada ou entidades ligadas ao turismo para preservar os espaços e melhorar a circulação de turistas;
- Sensibilização dos cidadãos sobre a importância da atividade turística para o destino; e
- A população costuma ser consultada sobre atividades ou projetos turísticos por meio de gestão participativa da Prefeitura, envolvendo moradores de áreas turísticas do município.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

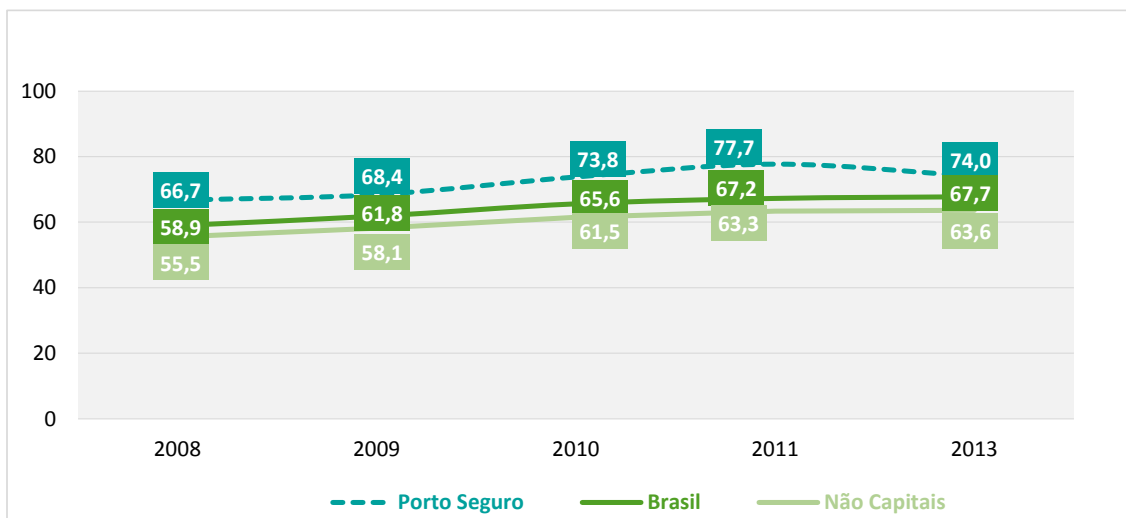
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Evidências de exploração sexual de crianças e adolescentes relacionada ao turismo; e
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local e para o respeito à cultura e ao patrimônio.

### 2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 74,0 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 63,6 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente- Secretaria Municipal de Meio Ambiente -;
- Existência de um Código Ambiental Municipal ou similar - contra o qual não há ação judicial pública;
- Rede pública de distribuição de água;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água, incluindo a confecção de nove cartilhas, além de adesivos e outros materiais, voltados estudantes de escolas publicas, turistas e guias de turismo;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino;
- Disponibilidade de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – o Parque Municipal Marinho do Recife de Fora -, com conselho gestor.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

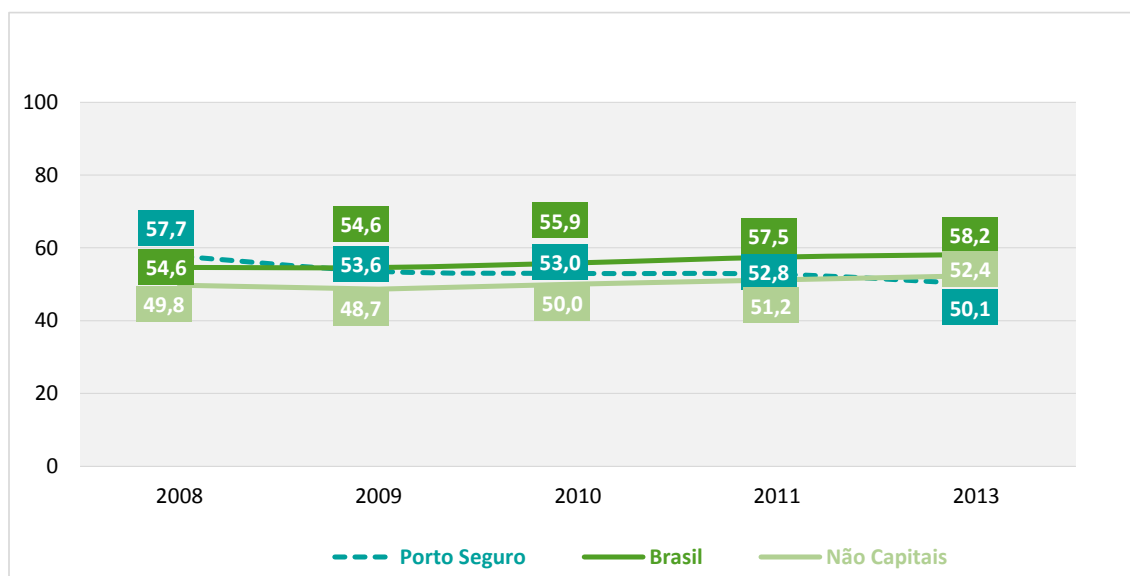
- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como retirada fluvial de areia e plantação de eucalipto para produção de celulose;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Destinação de resíduos sólidos residenciais e comerciais para um aterro controlado sem estrutura nem capacidade suficiente;
- Inexistência de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Ausência plano de manejo para a principal Unidade de Conservação indicada, o Parque Municipal Marinho do Recife de Fora.

## 2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 50,1 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 52,4 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – artesanato indígena, trabalhos com coco e chifres de animais – reconhecida em esfera nacional;
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas da região onde está inserido, entre elas o modo de vida dos pescadores em povoados como Caraíva;
- Manifestações religiosas no destino – festas de Nossa Senhora de Pena e Nossa Senhora d’Ajuda;
- Existência de comunidades tradicionais no território municipal, sobretudo de índios pataxós;
- Existência de sítios arqueológicos tombados ou registrados pelo Iphan;
- Existência de bens tombados como patrimônio histórico: Centro Histórico da Cidade Alta de Porto Seguro, casario da Passarela do Álcool e da Rua do Mangue, Quadrado de Trancoso, Quadrado do Arraial d Ajuda, igrejas de Nossa Senhora da Pena, de São Benedito e de Nossa Senhora d Ajuda;
- O destino aplica política municipal de cultura que, entre outros benefícios, ajuda a manter um calendário de manifestações culturais; e
- O destino aderiu ao Sistema Nacional de Cultura.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de patrimônio imaterial registrado e de patrimônio artístico tombado;
- Inexistência de uma política de preservação de bens culturais imateriais;
- Ausência de um órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura;
- O fundo municipal de cultura não é efetivo;
- O destino não conta com projeto contínuo de implementação de turismo cultural; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

### 3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das não capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Porto Seguro, é possível concluir que, em 2013, houve regressão do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.



**Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais**

Dimensões	Brasil			Não Capitais			Porto Seguro		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	50,3	51,8	53,1	57,5	59,0	56,0
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	59,8	63,2	63,8	56,4	52,1	46,4
Acesso	60,5	61,8	62,6	52,3	53,1	53,8	69,3	69,5	65,4
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	41,9	43,4	48,1	61,2	66,1	72,6
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	61,3	62,5	63,4	62,4	64,3	58,2
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	39,8	42,5	44,4	42,4	49,3	45,0
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	50,7	52,4	54,4	65,6	59,1	64,0
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	53,1	51,4	44,9	58,6	62,7	38,3
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	30,0	31,2	31,9	24,7	19,4	9,0
Economia local	59,5	60,8	63,6	51,5	53,7	55,2	47,5	50,2	51,1
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	38,6	41,0	43,5	65,5	73,5	69,6
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	54,2	55,2	56,7	49,8	53,1	54,7
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	61,5	63,3	63,6	73,8	77,7	74,0
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	50,0	51,2	52,4	53,0	52,8	50,1

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

\* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das "Não capitais" refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.